

Movimentos Sociais, Estado e Cidadania no Brasil: a luta pela cidadania nos primeiros anos da República

Nara Maria Carlos de Santana*

O objetivo deste trabalho é compreender o desenvolvimento dos movimentos e lutas sociais no Brasil nas três primeiras décadas do século XX, quando começa a república brasileira e quando o acesso à cidadania torna-se um problema de Estado.

Com a abolição da escravatura e a substituição da mão-de-obra escrava pela do trabalhador livre, principalmente do imigrante, as lutas sociais urbanas ganham contornos mais nítidos, devido entre outros fatores, a aceleração do processo de urbanização no país.

A existência de um governo absolutista no Brasil até 1889 não impediu que mesmo durante a vigência deste regime, fosse outorgada uma Constituição em 1824, que introduziu uma legislação considerada relativamente liberal para o momento histórico. Uma das novidades liberais era o estabelecimento do voto a todos os homens de 25 anos ou mais com renda mínima de 100 mil réis e todos os cidadãos qualificados eram obrigados a votar.¹ O voto era vedado às mulheres e os escravos não eram considerados cidadãos. O tráfico realizado até meados do XIX, e a migração interna de escravos, que sobreviveu até o final daquele século, em 1888, foi o maior empecilho ao avanço da cidadania no Brasil, daquele período.

No país, a organização da ordem proposta pelo advento da República – ancorada nas idéias do positivismo – e a necessidade desta nova organização provocada pelo mundo do trabalho, a partir da abolição da escravidão, levaram a institucionalização da ordem social através da polícia política.

A introdução de um modelo liberal precoce, no que diz respeito à ampliação de direitos políticos com a instituição de eleições livres numa sociedade absolutista, não conseguiu mobilizar a população devido a características que montavam ao período colonial, ainda muito próximo. Com cerca de 85% da população de analfabetos, 85% da população vivendo em zonas rurais, restavam apenas um montante constituído de funcionários públicos

* Nara Santana é Doutora em História Política e Social das Idéias e bolsista ProDoc Capes na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Este trabalho possui partes da tese de doutorado intitulada: O Confronto dos Nacionalismos: Getúlio Vargas e a repressão ao nazismo no Brasil, defendida em 2005 pela Universidade Federal Fluminense.

¹ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 29

– atrelados ao governo pela sua condição – controlados pelos governantes e acostumados com três séculos de subordinação colonial.

Com isto, a política nacional deixou de ser um direito do cidadão e passou a representar a manutenção de poderes políticos locais, conseguido na maioria das vezes de maneira truculenta, pela violência. Para os mandatários, a perda do poder local implicava na perda de controle de cargos públicos, como por exemplo: os delegados de polícia, de juiz municipal, de coletor de rendas e de postos na guarda nacional.² Com a finalidade de conseguir vencer as eleições, os candidatos usavam diferentes métodos de falsificação do pleito, contratando, por exemplo, um cabalista, que era um especialista em falsificar eleições e tinha como função, incluir o maior número de partidários de seu chefe (o candidato) na lista de votantes, forjando provas de renda monetária. Outra figura constante no processo de burla de eleições era a do capanga eleitoral. Este protegia os partidários do candidato e amedrontavam os adversários, inclusive os impedindo de comparecer às eleições.³

Toda essa estrutura precária de participação popular, causada pela possibilidade de fraudes, dificultavam as tentativas do Estado de impedir a falsificação do processo eleitoral. Um outro fator era o encarecimento do voto, que foi aos poucos desmobilizando uma população que já não era muito acostumada com processos de mobilização. Mesmo com o advento da República em 1889, este quadro não foi modificado. Pelo contrário, a 1ª República ficou conhecida como “república dos coronéis”.⁴

Neste processo político em que a participação popular oficial, manifestada pelas eleições, frustra-se diante dos variados mecanismos de controle do poder das classes financeiramente mais abastadas, a cidadania não se realiza. Conseqüentemente sem possibilidade de participação política e tendo nos políticos uma representatividade praticamente nula, surgem os movimentos de lutas sociais urbanos e rurais. Os urbanos apareceram como resultado do avanço do processo de urbanização proporcionado pela economia do café nas regiões centro-sul e as rurais pelo descontentamento cada vez maior com os abusos de poder dos mandatários locais.

No começo da república, o Estado brasileiro tratava a questão social como questão de polícia. Por isso, como foi ressaltado anteriormente, após a abolição da escravatura e a

² CARVALHO, 2005, p. 33.

³ CARVALHO, 2005, p. 33.

⁴ O coronel era o posto mais alto na hierarquia da Guarda Nacional. O guarda era a pessoa mais poderosa do município e no império exercia grande influência política. Quando a Guarda perdeu sua natureza militar, restou-lhe o poder político de seus chefes. O coronel passou, então, a indicar simplesmente o chefe político local. Cf. CARVALHO, 2005, p. 40.

introdução do trabalho livre, o governo institucionalizou à ordem – dentro de uma concepção positivista – através da criação das polícias políticas.

O controle social por meio de políticas e leis restritivas à entrada de trabalhadores imigrantes, a criação de programas sociais interativos, pelos empresários – vilas operárias, por exemplo pela Igreja Católica – sessões de cinema mudo -, ou pelo próprio Estado – controle sanitário da população -, constituem respostas por parte das elites dominantes à organização das camadas pobres e oprimidas, particularmente às ações dos imigrantes, por meio do anarco-sindicalismo.⁵

O anarco-sindicalismo torna-se um dos principais exemplos de organização da população e se concretiza pela criação de vários sindicatos de categorias, os trabalhadores se organizam em federações e confederações, realizam congressos e participam de greves. As lutas urbanas e rurais do começo do século XX no Brasil ganham contornos de verdadeiros movimentos sociais, principalmente se considerarmos que estes devem ser,

Articulados a um conjunto de crenças e representações e são elas que dão suporte a suas estratégias e desenham seus projetos político-ideológicos.⁶

Dentre os mais importantes movimentos sociais da Primeira República, podemos considerar:

- **Revolta da Vacina (1904)** – Rio de Janeiro. Insurreição popular desencadeada pela campanha de vacinação em massa elaborada pela Presidência da República, contra a varíola. Os representantes da revolta reclamavam, não contra a utilidade da vacinação, mas com as condições em que foi imposta.
- **Revolta da Chibata (1910)** – Rio de Janeiro. Também conhecida como Revolta dos Marinheiros, cujo articulador principal da revolta do marinheiro João Candido. A motivação da revolta foram os maus tratos a que se submetiam os marinheiros, em sua maioria negros. Vários marinheiros morreram após receberem setecentas ou novecentas chibatadas.
- **Coluna Prestes (1925-27)** - Advinda do movimento do Tenentismo e liderada por Luís Carlos Prestes, percorreu quase todo o território nacional, tendo como plataforma: voto secreto, voto das mulheres, liberdade de imprensa, dentre outros. Pretendia a tomada do poder de Artur Bernardes.⁷

A repercussão dos movimentos sociais - com destaque para o Tenentismo e a Coluna Prestes -, na primeira República foi fundamental para o encerramento de um período

⁵ COHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. SP: Ed. Loyola, 1995. p.62.

⁶ COHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. SP: Ed. Loyola, 1997. p. 235.

⁷ COHN, 1995, pp.66/80. Somente para ilustrar, alguns importantes movimentos: Movimento Contra a Carestia de Vida (1913) várias cidades brasileiras; Movimento do Sertão do Cariri-Ceará (1913), liderado pelo Padre Cícero; Atos contra o Desemprego e a Carestia (1914), RJ e SP; Greve Geral (1917), SP; O Movimento do Cangaço (1920), nordeste do Brasil; Movimento da Criação do Partido Comunista do Brasil (1922) RJ, por Astrogildo Pereira; Movimento Modernista (1922) SP; Manifestação a favor do voto secreto (1924); Primeiro Código de Menores (1927).

histórico marcado principalmente pela restrição do acesso à cidadania através do uso da força. Por isso, a proposta de Estado dos revoltosos dos anos 30, era a instituição de uma verdadeira *res-pública*, que resultou numa visão peculiar de cidadania e participação popular.

1.1. Um novo modelo de participação e cidadania: a democracia social

A partir do governo de 1930, a preocupação central do Estado era ampliar as conquistas intelectuais e tecnológicas – resultado das Revoluções Industrial e Francesa – através de uma Constituição que garantisse ao cidadão novos direitos que lhe permitissem o acesso aos benefícios sociais.

O problema constitucional não é mais o de como prender e obstar o poder, mas o de criar-lhe novos deveres, e aos indivíduos novos direitos. O poder deixa de ser o inimigo, para ser o servidor, e o cidadão deixa de ser o homem livre, ou o homem em revolta contra o poder, para ser o titular de novos direitos, positivos e concretos, que lhe garantam uma justa participação nos bens da civilização e da cultura.⁸

De acordo com esta passagem de um dos trabalhos do ideólogo do Estado Novo, Francisco Campos, observamos que para atingir e ampliar os benefícios técnicos e intelectuais produzidos pela Revolução Francesa, o Estado combateu não só o liberalismo, mas também o comunismo. Para isso, sugeriu o ideólogo, seria implantado o corporativismo. Ao contrário do comunismo, que, para Francisco Campos, fundamentava-se na generalização da economia como explicação dos fenômenos políticos e sociais mais gerais e preconizava o conflito de classes, o corporativismo tinha a função de proteger os interesses dos grupos sociais, evitando o embate. Motivo, aliás, que serviu para explicar sua oposição também ao liberalismo que prevê a liberdade individual em detrimento de interesses gerais, no caso, da nação. Reproduzindo uma tendência de parte do ocidente contra o liberalismo e o comunismo e atrelando os interesses individuais aos interesses da nação, o Estado adota mecanismos de controle social que restringiram o surgimento de movimentos sociais, primeiro por meio do corporativismo e segundo pela repressão. Em nome do bem-estar nacional o corporativismo foi adotado para combater a livre-concorrência e limitar a liberdade do indivíduo em nome de um interesse maior: o interesse nacional.

Na organização corporativa, o poder econômico tem expressão legal: não precisa negociar e corromper, insinuar-se nos interstícios ou usar de meios oblíquos e clandestinos. Tendo o poder, tem a responsabilidade, e o seu poder e a sua responsabilidade encontram limite e sanção no Estado independente, autoritário e justo.⁹

⁸ CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional** - sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1941. p. 55.

⁹ CAMPOS, 1941. p. 64.

Ainda em seu projeto do governo, Francisco Campos descreve pontos importantes da administração de Getúlio Vargas, dentre eles a síntese da reorganização nacional onde define o sistema de estrangeiros em cargos públicos; a consolidação jurídica do regime e uma exposição de motivos do projeto de Código de Processo Civil e outros pontos da política estadonovista. Novamente, em nome do imperativo nacional, a elite intelectual brasileira, passa a discutir os pontos básicos de consenso em torno de um mesmo objetivo, que apesar de apresentar uma justificativa “democrática”, define formas de exclusão bastante claras, em que os estrangeiros – afora os grupos político-ideológicos – também são colocados à margem. No projeto nacional brasileiro, ou na intenção dele, a proposta excludente apareceu já nos anos 20 na literatura de Plínio Salgado, com seu livro *O estrangeiro*, e no de Mário de Andrade, em *Amar verbo intransitivo*. No primeiro, o autor ridiculariza e maltrata russos e italianos que trabalham no país em detrimento dos próprios brasileiros e no segundo livro, Mário de Andrade lamenta a “proliferação de estrangeiros” em São Paulo.¹⁰ Agora, no Estado Novo, ao contrário do período anterior – segundo seus idealizadores –, a política para os estrangeiros deixa de ser uma lamentação literária e passa a políticas concretas. Dessa forma, não só se fortalece um sentimento nacionalista nos brasileiros, como ao mesmo tempo se afasta o perigo do que o governo chamava “ideologias alienígenas”.

O trabalho de Azevedo Amaral, *Getúlio Vargas: estadista*, publicado durante o regime em 1941, se propõe a propagandear o Estado Nacional e ainda, segundo as palavras do próprio autor, lançar “algumas reflexões sobre certos traços da mentalidade e do temperamento do Presidente que mais fortemente se destacam”.¹¹ Estes trabalhos de propaganda foram fundamentais no esforço de legitimar o poder de Vargas.

Amaral também destaca os aspectos negativos do liberalismo, a importância de um líder condutor das mudanças políticas, o anticomunismo, o surgimento de uma nova concepção de “democracia” e a oposição ao totalitarismo.

É importante notar que, apesar de suas críticas ao liberalismo, o ideólogo – assim como Francisco Campos anteriormente – faz questão de ressaltar que no Brasil este modelo nunca se concretizou em práticas do Estado. Além disso, acentua o autor, o liberalismo vigente nos países onde este foi adotado fracassou, principalmente na produção de representantes competentes para a execução de políticas sociais positivas.

¹⁰ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ed. Ática, 1990. p. 41.

¹¹ AMARAL, Azevedo. **Getúlio Vargas**: estadista. Rio de Janeiro: Pongetti, 1941. p. 16.

No século XIX e ainda hoje, nos países onde subsiste o liberalismo democrático com a sua maquinaria eleitoral e parlamentar, os políticos dotados de capacidade para elevarem-se a um plano superior viram-se e continuam a ver-se constringidos a fingir-se de mediócras, para não serem destruídos pelas forças inerentes à própria essência do sistema em que se acham integrados. O fato aqui apontado constitui o traço mais característico da vida pública na era democrática. O sucesso dos mediócras na esfera política tornou-se na democracia eleitoral e parlamentar tão generalizado e invariável, que nenhum dos pensadores de maior sagacidade e profundidade na análise deixou de assinalar esse aspecto do regime liberal, como o mais significativo talvez da sua natureza e das suas tendências.¹²

Refletindo sobre o modelo representativo do liberalismo, Azevedo Amaral descreve que “a maquinaria eleitoral” do processo representativo impede as ações do chefe do poder Executivo, condições geradas pelo eleitoralismo e parlamentarismo. Segundo o autor, tais fatos, repercutiriam negativamente na prática da cidadania – visto impedir o exercício da representação - e na impossibilidade de resolução de conflitos sociais graves, abrindo espaço para movimentos sociais indesejáveis por toda a sociedade.¹³ Por isso, considerava, “o novo regime era inteiramente moderno e, ao mesmo tempo, perfeitamente brasileiro. Representava a identificação final do Estado com a nação”.¹⁴ Ao tratar do processo representativo e da chefia do executivo, o ideólogo afirma que:

O erro fundamental de todo o sistema igualitário da democracia provinda da Revolução Francesa foi admitir o absurdo de formas de governo, em que fosse possível a entrega do poder supremo a quem representasse apenas o papel de mandatário das massas e executor dócil da sua vontade.¹⁵

Em vista disso, ao apontar a fragilidade do poder Executivo presente nas democracias liberais, o autor pretende justificar o governo ditatorial e o destacado papel de Getúlio Vargas na condução dos objetivos do povo brasileiro. Amaral explica o quadro político em que se encontrava o país até 1930, apresenta os antecedentes mundiais do fracasso do liberalismo, as conseqüências da crise e a importância de Getúlio Vargas para implementação de uma política nacional que possibilitasse o estabelecimento da ordem e dos ideais da nação.¹⁶

¹² AMARAL, 1941. p. 23.

¹³ Azevedo Amaral foi um dos mais reconhecidos analistas sócio-políticos da década de 30, sendo considerado o mais eloqüente apologista do regime de Vargas. Jornalista e pensador, destacou-se como escritor desde o final da década de 20, discutindo os problemas políticos brasileiros e a realidade social do país. Em 1936, começou a trabalhar como propagandista do governo e após o golpe de 10 de novembro, teve papel de destaque na explicação do novo regime.

¹⁴ *Ibid.* p.139.

¹⁵ AMARAL, 1941. p. 38.

¹⁶ *Ibid.* p. 64-74. Nas palavras de Azevedo Amaral, “as conseqüências econômicas da I Guerra Mundial deste século, agravadas pelas manobras”.

A experiência democrático-liberal, concretizada nas eleições da constituinte de 1933 e na da primeira Câmara Constitucional no ano seguinte, veio dar ao Brasil a prova insofismável de que a autêntica democracia liberal era incomparavelmente pior que a sua deformação pela fraude eleitoral e pelo abuso no reconhecimento de poderes.¹⁷

Além de concluir que a política democrática do modo como se apresentava era antinacionalista, este ideólogo entendeu que a partir deste modelo foi instaurado no país o “espírito da desordem”. Para o autor, o restabelecimento da ordem só se tornou possível em virtude de Getúlio Vargas possuir o “instinto da ordem”. O destaque dado a “personalidade excepcional” de Vargas, tanto em Francisco Campos quanto em Azevedo Amaral, sofreu influência de uma corrente de pensamento vigente desde o final do século XIX e que legitimava a idéia na qual alguns homens estavam mais aptos para o exercício do poder de que outros. Esta concepção foi chamada de teoria das elites. Vejamos com mais detalhes esse ponto.

Para os dois autores, a importância de Getúlio Vargas como homem capaz de dirigir o país à situação da ordem induziu-o a combater os males que ameaçavam a sociedade brasileira. Males estes resultantes da inépcia, do descompromisso com o povo brasileiro dos governos da República Velha e da entrada de ideologias alienígenas, como o comunismo e o anarco-sindicalismo. Nos trabalhos de Francisco Campos e Azevedo Amaral, não são feitas menções diretas aos movimentos sociais principalmente os de influência externa, contudo já se estabelecem critérios para a nacionalização dos estrangeiros no país, a ocupação de cargos públicos é traçada uma previsão de interação racial e assimilação cultural, visando a eliminação dos conflitos e a desmobilização das ideologias que os imigrantes trouxeram. Sobre os estrangeiros e o anarquismo e comunismo, a documentação policial refere-se a estes movimentos no Brasil como uma destas ideologias “alienígenas” e perigosas, e a repressão aumenta a medida em que avança a política nacionalista e as relações com os Estados Unidos da América são estreitados. Alguns movimentos eram vistos para além de uma ideologia perigosa, como ideologias de estrangeiros, uma ameaça ao “imperativo nacional”, um “quisto étnico”, reproduzindo aqui o jargão documental.

Nestes autores, as análises acerca do comunismo apontam como característica deste sistema, a desordem. É importante notar que um regime que destaca a superioridade de alguns homens em relação a outros e que já não aprovava a idéia de igualdade presente no liberalismo, não aprovaria a idéia de um igualitarismo radical do comunismo. É interessante

¹⁷ *Ibid.* p. 110.

observar a coerência das formulações dos dois intelectuais, que não perdem de vista nenhuma das críticas desenvolvidas em suas teses e seus fundamentos, conseguindo com seus trabalhos difundir e legitimar a “democracia” ditatorial de Vargas. Para eles, no liberalismo, mas principalmente no comunismo, a idéia do igualitarismo serviria apenas para “encantar” os elementos inferiores da sociedade, alimentando a ilusão da possibilidade do exercício político eficiente através da representação ou da participação direta e que permitisse conquistas sociais.

Para finalizar, na concepção dos intelectuais idealizadores desta proposta de Estado, o “gênio político” de Vargas foi destinado a dirigir as transformações políticas necessárias à construção de um Brasil novo e à efetivação do Estado Nacional. Para tanto, além do combate ao comunismo e às ideologias alienígenas, o governo introduziu mudanças no mundo do trabalho através das leis trabalhistas (que no ano de 1941, ano das publicações acima, sofreria uma reestruturação) e do corporativismo, que definiria as relações entre o capital e o trabalho. Os dois ideólogos também estabelecem um critério para definição do que eles chamam de “o nacionalismo positivo”. Para estes autores, o nacionalismo do século XIX (aliado ao liberalismo) era negativo, pois tinha caráter sentimental e destituído de um “dinamismo criador”.¹⁸ O atual nacionalismo, ao contrário do vigente no século XIX, possibilitava a participação efetiva do Estado nas transformações sociais, através do poder Executivo. Com vistas a realizar o ideal da nação, descreve Azevedo Amaral:

No nacionalismo, embora entrem em escala sempre muito apreciável fatores intelectuais, o que prepondera é o instinto – o instinto da terra e o instinto da raça, as duas bases insubstituíveis da estrutura moral do patriotismo. Na idéia nacional há mais alguma coisa. Ela se apóia naquelas fundações vitais e instintivas, mas eleva-se até o plano da intelectualidade, transformando em idéia no espírito das elites o que é apenas sentimento na alma ardente das massas populares.¹⁹

Esta concepção de Amaral sobre o nacionalismo resume todas as concepções do autor e ainda destaca a importância dos intelectuais e das elites. Daniel Pécaut afirma que, ao desqualificar os pressupostos da “razão triunfante do iluminismo e os valores universalistas por ela criados”, adotando pressupostos biossociológicos, os ideólogos o fizeram porque estes serviam as suas causas. Com certeza, os idealizadores do Estado Nacional varguista absorveram as teses que convergiam com os interesses por eles planejados.²⁰

¹⁸ AMARAL, 1941. p.152.

¹⁹ *Ibid.* p. 156.

²⁰ PÉCAUT, 1990. p. 37.

Como participantes da construção de um ideal de nação, os dois intelectuais tiveram uma importância singular no projeto nacional. Em nome do “imperativo nacional”, Campos e Amaral desenvolveram novas formas de “exclusão e criaram adaptações locais das teorias do século XIX, a fim não só de favorecer o projeto nacional, como também a proposta de ‘homem novo’ brasileiro”. Destaco ainda que estes intelectuais, preocupados com o consenso social, utilizaram como instrumentos de unificação e legitimação desta proposta de nação a educação e a propaganda.

Como *locus* privilegiado de legitimação do projeto político nacionalista, a educação no Brasil dos anos 30 sofreu uma série de transformações que visavam atender aos objetivos daquela proposta de Estado.

A construção da nação moderna, onde o acesso à cidadania – mesmo que considerado uma doação do Estado - dependia também das políticas em educação, segundo os pensadores do projeto político naquele momento. Para o Brasil que era visto como um país de analfabetos, simbolizado pela simplicidade e ignorância do homem rural, o progresso da nação e o ingresso na modernidade dependeria do investimento na educação. O viés autoritário presente no projeto educacional varguista é em alguns momentos diluído pelo apelo à proposta de nação moderna a que o estadista recorre. São os elementos destes projetos, que funcionam como aparelho do Estado que ajudam a legitimar e promover, dentre outros aspectos do nacionalismo, a exclusão dos imigrantes e obstruir o desenvolvimento de movimentos sociais, principalmente nas incipientes zonas urbanas do país daquele período, afetando o modo como a cidadania é percebida no país ainda nos dias de hoje.

Bibliografia:

- AMARAL, Azevedo. **Getúlio Vargas:** estadista. Rio de Janeiro: Pongetti, 1941.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de SP, 2005.
- CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional** – sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- CARVALHO, José Murillo de. **Cidadania no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- COHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e das Lutas Sociais.** São Paulo: Ed. Loyola, 1995.

- _____. **Teoria dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.
- LAUERHASS, Ludwig. **Getúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro.** São Paulo: EDUSP, 1986.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- SANTANA, Nara M.C. de. **O Confronto dos Nacionalismos:** Getúlio Vargas e a Repressão ao Nazismo no Brasil dos anos 30/40. Niterói (RJ) Tese de Doutorado defendida pela Universidade Federal Fluminense, 2005.